

# POLÍTICAS DO ENSINO SUPERIOR PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Roberto Leher<sup>1</sup>

Resumo:

O artigo discute os desafios das universidades na promoção do desenvolvimento humano. Pontua desafios históricos e sociais do polissêmico desenvolvimento humano e defende que o eixo central das políticas universitárias é a recontextualização da pertinência com os problemas dos povos, por meio de novas agendas e práticas que possam consubstanciar a função social das instituições.

Palavras-chave: universidade, desenvolvimento, guerra cultural, FORGES.

Abstract:

## **Higher education policies to promote human development**

The article discusses the challenges of universities in promoting human development. It punctuates historical and social challenges of the polysemic human development and argues that the central axis of university policies is the recontextualization of the pertinence of peoples' problems, through new agendas and practices that can substantiate the social function of institutions.

Keywords: university, development, cultural war, FORGES.

Celebrar dez anos da visionária coalizão de instituições e pesquisadores que compõem o Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa (FORGES) é muito estimulante. Em tempos de fechamentos de vias históricas, experienciar alternativas, solidariedades, diálogos, afetos é motivo de alento e esperança, especialmente para as instituições e pesquisadores brasileiros. O presente texto, originalmente a Conferência “O ensino superior e a promoção do desenvolvimento humano: contextos e experiências nos países e regiões de língua portuguesa” (novembro de 2019), objetiva elencar pontuações para tornar pensável o que pode vir a ser uma agenda de reflexões e trabalhos comuns no campo da coalizão lusófona, mirando o desenvolvimento humano.

Limites de espaço exigem uma desejável síntese e, por isso, a forma de exposição não reproduz inteiramente a Conferência. Como o texto faz indicações sobre a agenda, alguma indulgência dos leitores é necessária: é um texto que não se detém no específico, percorre muitos temas e, em virtude do escopo, não sistematiza a riqueza de conexões entre as referidas pontuações, o que, certamente, aumenta o risco de falhas de coesão textual. Como o propósito é a agenda, o risco é consciente.

---

<sup>1</sup> Roberto Leher, Prof. Dr. Titular da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisador do CNPq. Colaborador da Escola Nacional Florestan Fernandes, ex-Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (julho de 2015 a julho de 2019) Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-5063-8753>.

Para compreender os nexos entre “políticas do ensino superior” e o polissêmico “desenvolvimento humano” é preciso interpelar, ao mesmo tempo, contextos históricos e a função social das universidades. Este foi o fio condutor da exposição. Nesse prisma, dilemas históricos que repercutem nas universidades são destacados. No caso, inevitavelmente, a situação complexa do Brasil percorre todo o texto.

Embora posterior, a problemática advinda da pandemia também foi considerada, visto que exacerba preocupações abordadas na Conferência, especialmente sobre o negacionismo, a desigualdade social, a relevância da soberania em domínios como vacinas, entre outros temas que ganharam nova intensidade. A dimensão tectônica da epidemia de Covid 19 – planetária e de elevada letalidade – agravou de modo sem precedentes a crise econômica, o desemprego e o desalento, comprometendo, severamente o desenvolvimento humano.

No caso das instituições educacionais, em virtude da suspensão das atividades letivas presenciais, a pandemia fez sobressair o problema do ensino remoto, a desigualdade estrutural de acesso com qualidade à internet e a dependência tecnológica em relação às plataformas que permitem ambientes virtuais de aprendizagem, problemas ressignificados pelas ideologias do “novo normal” que, em sintonia com as corporações que controlam as plataformas virtuais, pretendem instituir uma nova modalidade de ensino permanente: o ensino híbrido, sob a tutela das cinco gigantes de tecnologia de informação e comunicação.

O texto foi estruturado a partir de três seções: a “guerra cultural” e a ofensiva negacionista; a função social da universidade – a pertinência demandada e o desenvolvimento humano e bases formativas e agendas de pesquisa em prol do desenvolvimento.

### **Guerra cultural e negacionismo em confronto com o desenvolvimento humano**

Em muitos países, as universidades foram deslocadas para o teatro de operações da “guerra cultural” (LEHER, 2020), na qual forças reacionárias difundem toda sorte de irracionalismos, anti-intelectualismos, racismos, xenofobias e nacionalismos chauvinistas, manifestações neofascistas que se enraízam como disposições ideológicas que redefinem o senso comum de muitos milhões de pessoas. Nestes países, a hostilidade com a laicidade, o agir científico, a liberdade de cátedra e a liberdade de pensamento podem estar sob ameaça, atingindo a alma das instituições universitárias que, desse modo, podem se ver sem condições de liberdade de desenvolver problemáticas que envolvem escolhas éticas, políticas, econômicas e que, por isso mesmo, são conflitivas, a exemplo do desenvolvimento humano, da desigualdade social, da pauperização, da precarização do trabalho, dos conflitos socioambientais, do acolhimento aos imigrantes e dos conflitos armados.

Não é possível uma universidade ter compromisso com os problemas nacionais se, por um longo tempo, o Estado e, mais precisamente, as coalizões que possuem o poder de direção e o domínio do porvir da Nação não se valem do conhecimento sistemático para conduzir os assuntos pertinentes ao governo e às políticas públicas. É desejável que a universidade seja interpelada a produzir conhecimento sobre os grandes problemas nacionais e dos povos, porém, para que as instituições contemplem tais expectativas elas

precisam ser apoiadas em seus esforços formativos e de pesquisa para enfrentá-los e, como assinalado, o Estado em sentido amplo precisa estar aberto a incorporar as contribuições da ciência. Este requisito é gravemente alterado quando a coalizão do governo se move em conformidade com a “guerra cultural”.

Está em processo no Brasil iniciativas que buscam pressionar as universidades a se afastarem da política e de engajamento na superação dos problemas sociais, econômicos e ambientais agravados pelo neoliberalismo. A difusão de crenças como ‘a ciência é uma ficção verbal’, ‘a ignorância é uma virtude’, as proposições dos especialistas se equiparam a opinião do senso comum, como assinala Tom Nichols (2017), instauram, no campo político, uma falsa confusão entre fatos e opiniões, especialmente sobre políticas públicas, a exemplo do movimento antivacina, do negacionismo frente às mudanças climáticas e da defesa da cloroquina como medicamento eficaz para o tratamento e a prevenção de Covid. Governos negacionistas, por suposto, pretendem retirar as universidades dos centros decisórios sobre os assuntos públicos. A Política Nacional de Participação Social foi revogada por Jair Bolsonaro e substituída por uma desidratada política de Colegiados da Administração Pública Federal em que a sociedade civil inexistente. O número de Conselhos com presença da comunidade científica está sendo reduzido de cerca de 700 para aproximadamente 50, muitos dos quais sem membros da comunidade científica<sup>1</sup>.

Seria irrealista e superficial atribuir tais manifestações exclusivamente ao autocrata, pois este chegou ao governo eleito sem esconder seu irracionalismo negacionista. Considerando os avanços na educação básica e o crescimento de concluintes de cursos de graduação é preciso indagar seriamente como é possível o apoio popular a um governo com tal perfil. Como explicar a descrença na existência do vírus, na importância do asseio das mãos, na relevância do uso de máscaras e do distanciamento entre as pessoas e na necessidade de universalização das vacinas, após Louis Pasteur, as pesquisas de Edward Jenner sobre as vacinas (1796), a compreensão de que existem doenças propagadas por germes, conforme difundido por John Snow (1854), e todos os conhecimentos sobre os vírus? O que isso nos diz sobre a educação básica e sobre a formação universitária?

A existência de governos dispostos a empreender uma “guerra cultural” contra a ciência e as universidades é um robusto obstáculo para agenda do desenvolvimento humano. Nem mesmo uma agenda pouco ambiciosa e superficial sobre o desenvolvimento humano pode ser convertida em medidas concretas em contextos autocráticos. É impensável enfrentar os determinantes da desigualdade social, da pobreza, da corrosão do trabalho digno, da educação capaz de fomentar a imaginação inventiva sem liberdade de cátedra e abertura de espaços sociais em que os desafios do porvir humano com dignidade possam ser pensados com base no conhecimento sistemático e, mais genericamente, em que a ciência possa ser eticamente elaborada e apropriada de modo livre e criativo pelos povos. Não há como pensá-lo em uma sociedade em que o racismo, as opressões, a indiferença com a vida dos setores pauperizados sejam estimulados como um bom caminho para o futuro.

Essas considerações preliminares são necessárias para afirmar que as universidades são instituições políticas e, por conseguinte, políticas de um modo especial.

Por estar (e por dever estar!) referenciada na ética da produção do conhecimento, questiona estruturas de poder que comprometem o bem-viver dos povos. E essa função é incompatível com o negacionismo e com a autocracia. A democracia importa de modo profundo e estruturante, o que exige associar o objetivo do desenvolvimento humano com a prática efetiva da democracia.

### **A universidade é indispensável ao desenvolvimento humano**

A ambição de criar, consolidar e projetar uma forte coalizão entre as instituições universitárias lusófonas é muito estratégica. Nossas instituições possuem histórias profundas compartilhadas, apresentam desafios afins, inclusive no que tange ao desenvolvimento econômico-social e ao compartilhamento de conhecimentos indispensáveis ao bem-viver dos povos. A ideia que consubstancia o FORGES está ancorada em interconexões históricas com várias “camadas” temporais. A criação das primeiras escolas isoladas no Brasil nas primeiras décadas de 1800 não teria sido possível sem a existência da universidade de Coimbra. E foram estas escolas que, posteriormente, originaram as primeiras universidades brasileiras.

Pensar a história de constituição das universidades nos países lusófonos, os obstáculos que atrasaram a sua constituição, assim como os determinantes que possibilitaram sua expansão, é crucial para projetar o desenvolvimento histórico-social dos países irmanados por histórias comuns. A existência de universidades em nossos países possui uma história muito distinta. Interessa, sempre, compreender os determinantes das acelerações em contextos de revoluções burguesas (nos séculos XVIII, XIX, XX) e nos movimentos de independência frente ao colonialismo e ao neocolonialismo.

Com efeito, as primeiras universidades europeias datam dos séculos XI e XII. Em Portugal, em 1290, foi criado os “Estudos Gerais”, transferido para Coimbra em 1308, regressando, mais tarde, para Lisboa, retornando, definitivamente, para Coimbra em 1537, a seguir Évora se tornou um importante polo, depois desmembrado pela reforma Pombalina. O ensino superior desse país tem, por conseguinte, uma longa história. No Brasil, as universidades são instituições do século XX (1920, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro) e, de modo mais amplo, da segunda metade daquele século no contexto do sistema de acumulação por substituição das importações e da estruturação dos órgãos de fomento à ciência e tecnologia. Ademais, ocorreu uma significativa ampliação e interiorização nas duas primeiras décadas do século XXI. Entretanto, a expansão pública não foi capaz de suplantar a larga supremacia de instituições de teor mercantil. Cerca de 90% das instituições são privadas, grande parte delas de natureza não universitária e, atualmente, pertencentes a fundos de investimentos, sendo que parcela relevante possui capital aberto e tem suas ações negociadas na bolsa de valores.

Em África, em diversos países as universidades somente foram possíveis após a independência e a descolonização, o que é profundamente relevante, uma curta cronologia permite uma visão panorâmica sobre a constituição destas instituições lusófonas. Em Angola, em 1968 a Estudos Gerais Universitários foi transformado em Universidade de Luanda, desmembrada em 1974 (governo de transição) e, após a independência, em 1975, foi transformada na Universidade de Angola que, após 1985,

passou a ser denominada de Universidade Agostinho Neto. O sistema cresceu, inclusive com a presença de instituições privadas. Em Moçambique, a instituição “Estudos Gerais Universitários de Moçambique” foi criada em 1962, em 1968 foi elevada à categoria de universidade, denominada Lourenço Marques e, em 1976, o Presidente Samora Machel a denominou Universidade Eduardo Mondlane. Em Guiné Bissau, a independência data de 1973 e o ensino superior estava organizado em instituições isoladas. Somente em 1999 foi criada a Universidade Amílcar Cabral e passou a funcionar em 2003, passando por dificuldades sucessivas, inclusive por sua complexa relação com a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Na República de Cabo Verde, a primeira universidade foi criada depois da independência política, estruturada efetivamente em 1995, com a designação de Universidade de Cabo Verde. Em São Tomé e Príncipe, a primeira instituição de ensino superior, o Instituto Superior Politécnico, foi criada em 1998.

Refletindo o desenvolvimento desigual, os processos históricos particulares e os problemas econômicos e sociais, os países lusófonos em África e no Brasil lograram constituir universidades que, de alguma forma, têm raízes nas universidades portuguesas, e que, no contexto atual, podem forjar qualitativamente relações horizontalizadas, em rede, referenciadas no compartilhamento de expectativas comuns em relação ao desenvolvimento humano, uma realidade que, como apontado, nada tem de edulcorada, tendo em vista os difíceis desafios para a autonomia universitária e para assegurar aportes orçamentários compatíveis capazes de assegurar adequado suporte para a realização de seus fins.

A expansão do sistema de universidades é condição obrigatória para projetar o desenvolvimento humano. Contudo, complementarmente é indispensável políticas ativas para ampliar a oferta na pluralidade de áreas, promover mudanças no perfil social e racial dos estudantes, aproximando-o da realidade do país e, não menos importante, garantir a permanência dos estudantes. Persistem dificuldades advindas das desigualdades sociais que muitas vezes inviabilizam a permanência dos estudantes nas instituições. Moradias estudantis, bolsas de permanência, restaurantes universitários, transporte gratuito, acesso à internet de qualidade, bibliotecas adequadas ao estudo e atualizadas, em resumo, a assistência estudantil e a infraestrutura são imprescindíveis para tornar as universidades lugares de alavancagem do desenvolvimento econômico-social. A proclamação de compromisso com o objetivo do desenvolvimento humano exige coerentes políticas de ampliação, desenvolvimento institucional e de fortalecimento da assistência estudantil.

A existência de sistemas de universidades nacionais, públicas, gratuitas, acessíveis é um dos pilares do desenvolvimento humano. Com efeito, o prolongamento da expectativa de vida dos seres humanos resulta de transformações no conhecimento da natureza e no modo de agir diante da fortuna. As universidades contribuíram muito para ampliar a longevidade dos povos, pois produziram conhecimento relevante em todos os domínios e criaram balizamentos de formação profissional que elevaram exponencialmente os serviços públicos em saúde, educação, habitação, saneamento, tecnologias, agricultura, industrialização e beneficiamento de produtos, o que possibilitou mudanças de escala na qualidade de vida. Em geral, no século XVIII, a expectativa de vida era de 40 anos. No século XXI, nos países desenvolvidos, alcança 80 anos.

Entretanto, essa conquista não é universal em todos os territórios. E, por isso, o desafio da produção de conhecimento relevante e de formação humana comprometida com a melhoria da vida requer universidades nacionais. É preciso lembrar que o Banco Mundial durante muitos anos foi severamente crítico em relação à existência de universidades públicas com vocação de pesquisa nos países ditos subdesenvolvidos e em desenvolvimento. Ainda nos dias de hoje persistem restrições a essa política. Como esquecer que, na África subsaariana, a expectativa é de 50 anos e que, nas grandes cidades brasileiras, a diferença entre a expectativa de moradores dos bairros ricos em relação aos mais pobres pode chegar a 20 anos? A intolerável diferenciação da taxa de letalidade da pandemia de Covid 19 entre a população negra e os moradores das periferias é outro indicador de que a pertinência do conhecimento com as realidades é um projeto indispensável à defesa da vida.

Embora coexistam muitas interpretações sobre os determinantes do desenvolvimento humano, excetuando os neoliberais mais ortodoxos, todos convergem na análise de que a oferta de serviços públicos, direitos previdenciários, legislações trabalhistas, foram, e seguem sendo, estruturantes para alcançar melhorias no bem-viver. E essas políticas públicas decorrem, em grande parte, de mudanças na concepção de sociedade, de Estado e de tempo histórico. Sociedades fechadas, marcadas por predeterminações sobre a vida, foram transformadas pelas lutas sociais propiciando, em muitos países, a secularização da vida social, a base do moderno conceito de cidadania. Foram as lutas sociais que possibilitaram os pilares da cidadania moderna: os direitos civis (séculos XVII-XIX), políticos (séculos XIX e XX) e, objetivando assegurar sentido real a estes, os direitos sociais (século XX). A arte de governar em domínios tão diversos e complexos como os das sociedades atuais deve muito às universidades – grande parte dos quadros dirigentes do Estado provém dessas instituições.

### **Função social interpelada: a pertinência demandada**

A concepção essencialista de universidade como instituição *a priori* comprometida com o desenvolvimento humano é sobejamente desmentida pela história. Sua dimensão emancipatória é um processo conflitivo. O projeto Manhattan e os testes da bomba atômica em Hiroshima e Nagasaki, o apoio de estudantes e acadêmicos à queima de livros em Bebel Platz, a cassação de docentes no Brasil por meio do Ato Institucional nº 5/1968 com a conivência de dirigentes e docentes corroboram que a ética pública é um valor e um projeto sempre em construção. A banalização da disjunção entre os que pensam e os que executam, a adesão de setores universitários a projetos hostis aos valores iluministas e democráticos, como ocorreu no fascismo, no nazismo, no *apartheid*, nas ditaduras, na adesão a políticas que retiram direitos sociais, são acontecimentos a nos lembrar do quanto é necessário o engajamento ético-político com a democracia e com o bem-viver dos povos.

A ética pública que deveria orientar a formação e a pesquisa, um requisito da pertinência social, sempre foi um campo de disputas, um campo de poder, um campo atravessado de concepções societárias conflitivas. Esses desafios exigem pensar de modo original a função social das universidades e abertura para uma profunda transformação epistemológica nas formas de pensar e realizar o ensino, a pesquisa e a extensão. As

interpelações advindas da pandemia e, mais amplamente, da crise estrutural, exigem que as universidades se dediquem a tornar pensáveis grandes desafios – os dilemas da humanidade, os problemas dos povos, os problemas nacionais. Não é segredo para ninguém que o campo científico está muito imbricado a dispositivos econômicos e de poder. Nos anos 1990, Sheila Slaughter and Larry L. Leslie publicaram o impactante *Academic Capitalism. Politics, Policies, and the Entrepreneurial University* e antes, Mandel já havia apresentado o problema dos nexos das universidades com o capitalismo monopolista. Resultaram dessas interações complexas e contraditórias mudanças na compreensão da própria função social das universidades. A mais abrangente delas é o chamado *inovacionismo* e seus pilares, como a tríplice hélice, que restringe a ambição intelectual das universidades, visto que desconsidera problemáticas científicas que são definidoras do futuro da humanidade e que não se enquadram nos circuitos do capitalismo dependente e da submissão do trabalho acadêmico à racionalidade utilitarista. Tampouco a concepção de que as universidades devem ser convertidas em agências de regulação da força de trabalho, atualmente por meio de processos de formação adaptados ao trabalho flexível e desregulamentado que caracteriza o trabalho dos jovens no século XXI (autoempreendedorismo). Finalmente, outro risco importante para a abertura das universidades aos desafios do tempo histórico é a adaptação das mesmas às métricas referenciadas no uso inapropriado da bibliometria (GINGRAS, 2016) que, inclusive, são a base de questionáveis ranqueamentos mundiais. A síntese da III Conferência Regional de Educação Superior da América Latina e Caribe (Córdoba, 2018) foi muito feliz ao incitar as universidades a resgatar a função de ‘pertinência’ com os problemas e as interpelações que desafiam a humanidade.

O certo é que a pertinência não se esgota no interior das universidades. Existem muitas evidências de que o lugar das universidades no projeto de Nação está indissolúvelmente relacionado às formas de revolução burguesa. Nos países em que estas revoluções afirmaram projetos autopropelidos de Nação e o protagonismo dos trabalhadores concorreu de modo decisivo para o êxito das mesmas, as universidades são mais convocadas; nos países em que o processo histórico foi de “revolução sem revolução”, de revoluções passivas, com débil participação popular, as universidades ocupam um lugar secundário, exigindo permanente mobilização para que não sejam encolhidas nos orçamentos públicos e na própria agenda do futuro do país.

De modo recontextualizado esses dilemas estão presentes nos dias de hoje: existe uma real vontade nacional-popular em prol do desenvolvimento humano? A atualidade desse debate na América Latina é aguda, visto o esgotamento do sistema de acumulação por substituição das importações (em que, relativamente, as universidades foram demandadas) e sua substituição pelo vitorioso sistema de acumulação neoliberal que, via-de-regra é hostil aos conceitos de universidade pública, de Estado Social, de soberania e, principalmente, de igualdade social. Como pensar o desenvolvimento humano diante das imensas desigualdades sociais?

O tema da pertinência não encontra terreno fértil nas formações econômico-sociais contemporâneas em muitos países. A pandemia de Covid 19, contudo, tem mostrado o caráter estratégico destas instituições que, a despeito de governos, têm conquistado legitimidade crescente. No Brasil, o negacionismo que orienta as ações do

governo Federal é problematizado pelas universidades e parcela relevante dos meios de comunicação tem recorrido aos especialistas das universidades para falar, de modo cientificamente referenciado, sobre o desenrolar da pandemia, conquistando importante auditório.

### **Bases formativas e agendas de pesquisa em prol do desenvolvimento**

A difusão da noção de desenvolvimento se deu no contexto da Guerra Fria (Ponto IV do governo Truman) e, por isso, sempre foi marcada por controvérsias, disputas, conflitos que, em determinados contextos alargaram o seu escopo, na forma da formulação do “desenvolvimento econômico-social” que, no Brasil, ganhou alguma dimensão no período de substituição das importações (1930-1960). Embora em outro prisma, não balizado pela economia, a Constituição Federal de 1988 elevou a agenda da cidadania, especialmente no capítulo da seguridade social e da educação, agregando novos contornos para a concepção de desenvolvimento. Contudo, as crises que sacudiram a América Latina nos anos 1980 resultaram, nos anos 1990, nos Programas de Ajuste Estrutural e, com eles, na agenda neoliberal que engendrou reformas do Estado que repercutiram, de distintas formas, nas universidades da região. Algo semelhante se passou em África e na Europa.

As referidas reformas redimensionaram, a menor, o que é comum: a ideia de universidade comum a todos tornou-se um anátema. O tema do fim da gratuidade tornou-se mais recorrente, assim como de que as empresas deveriam custear a pesquisa universitária (de seu interesse, por suposto) ganharam força a ponto de, nos anos 2000, conformar a referida ideologia inovacionista. Desse modo, as universidades passaram a ser pressionadas, direta ou indiretamente, a se afastarem do que é comum a todos (DARDOT e LAVAL, 2017), dos objetivos não mercantis, o que as distanciou da problemática do desenvolvimento humano frente a um mundo de crescentes desigualdades. Conforme Piketty<sup>2</sup>, em 2018 a parte que os 10% mais ricos abocanhavam da renda total atingia 54% no Brasil, 65% na África Subsaariana e 64% no Oriente Médio. Nos casos de Índia, Estados Unidos, Rússia, China e Europa, esses índices, que se situavam entre 25% e 35% em 1980, estavam entre 35% e 55% em 2018. No período 1980-2018, a parte do crescimento mundial total da renda captada pelo 1% mais rico do planeta foi de 27%, em comparação a 12% para os 50% mais pobres.

Considerando o contexto de abandono do comum e do que é universal, as universidades têm de oferecer, a contrapelo, uma interpretação original ao Objetivo de Desenvolvimento do Milênio: romper o fatalismo ideológico que alimenta o *status quo* e abrir os caminhos para sua superação. Entre os pontos da agenda, caberia acrescentar os seguintes tópicos.

Pensar o porvir exige recusar o senso comum diligentemente construído nas práticas neoliberais e da guerra cultural de que os povos alcançaram o fim da história. Uma das mais nobres funções da universidade é, ao contrário, a de “antecipar cenários de futuro” projetando os aspectos mais cruciais para a vida humana. Como assinalado, isso envolve rupturas epistemológicas para que novas problemáticas sejam erigidas e, também, abertura aos diálogos interculturais com os que lutam pelas alternativas



civilizatórias. Recusar os fatalismos é um ato político das universidades, pois significa recusar o negacionismo e as mistificações econômicas, sociais, culturais etc.

Entre os problemas que as universidades terão de enfrentar destacam-se as mudanças climáticas globais e os problemas socioambientais decorrentes, inclusive aqueles relacionados a sobrevivência da humanidade, como os recursos hídricos, a soberania alimentar, as pandemias, novas formas de energia e, mais amplamente, de sociometabolismo com a natureza. É certo que o capitalismo e o sistema de acumulação neoliberal não oferecem alternativas que enfrentem de modo efetivo os determinantes desses problemas. Será necessário dar sentido a ideias motivadoras e exequíveis sobre o bem-viver. Se a *ratio* de mercado não permitirá aberturas, pois, a rigor, aprofunda as causas dos dilemas vividos pela humanidade, será preciso reaprender a prática do comum, do que é de todas e todos que possuem um rosto humano: a universidade é uma das instituições sociais mais importantes para forjar a supremacia do comum frente ao individualismo possessivo.

A generalização do que é comum envolve mudanças epistemológicas e epistêmicas, como pontuado ao longo do texto. A mensuração da pertinência das universidades não se coaduna com a lógica dos rankings, de parâmetros importados do *management*, justo pela hegemonia de sentidos neoliberais. A pertinência pode ser aferida pela capacidade de tornar pensáveis os desafios para a humanidade – e de assegurar circuitos de ensino e aprendizagem que ampliem a imaginação criadora e possibilitem bases ético-políticas comprometidas com esses desafios.

Os desafios da agenda são fundamentalmente políticos. As universidades somente poderão assumir novas responsabilidades se, e somente se, forem de fato autônomas. Apenas uma hagiografia levaria a crer que o domínio do comum frente à mercantilização da vida será um processo desprovido de conflitos. Na abertura do texto, foram destacadas as perigosas ameaças do fundamentalismo, da “guerra cultural” e do espectro do neofascismo em diversos países: todas essas forças reacionárias estão a serviço de um padrão de acumulação destrutivo do meio ambiente, da diversidade humana, inclusive por meio de intentos genocidas em relação aos povos indígenas e assim por diante.

Em momentos de crises de imensa extensão, como a conjugação de crise econômica, socioambiental, sanitária, climática, energética e de desmanche do conceito de trabalho digno, em momentos de negacionismo, de falsas promessas, de irracionalismo, muitos milhões de pessoas olham, reparam, sentem, a importância de suas universidades, como se fossem de certo modo um santuário de razão e de liberdade. A legitimidade das instituições conhece uma inegável ampliação e capilarização nos povos e, por isso, o contexto exige ousadia, aberturas e a consolidação de coalizões. Entre estas, o FORGES se destaca, por seu enraizamento na história de nossos países. Objetivando assegurar organicidade às coalizões, o porvir da humanidade está demandando o compartilhamento de iniciativas que permitam consolidar as mudanças civilizatórias. De projetos de vacinas comuns a largas iniciativas de formação de docentes, as universidades estão vivendo um momento virtuoso: é preciso dar concretude às aberturas do tempo histórico!

Rio de Janeiro, 14 de setembro de 2020

## Bibliografia

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian, *Commun: essai sur la révolution au XXI siècle*. Paris: La Découverte, 2017.

GINGRAS, Yves. *Os desvios da avaliação da pesquisa: o bom uso da bibliometria*. RJ: Editora da UFRJ, 2016.

LEHER, Roberto Guerra cultural e universidade pública: o Future-se é parte da estratégia de silenciamento. In: J. GIOLO, R. LEHER E V. SGUISSARDI. *Future-se* : ataque à autonomia das instituições federais de educação superior e sua sujeição ao mercado, maio de 2020. Disponível em <https://www.diagramaeditorial.com.br/project/future-se/>

NICHOLS Tom. *The death of expertise. The Campaign Against Established Knowledge and Why It Matters*, New York: Oxford University Press, 2017.

---

<sup>1</sup> Cláudia Motta. Decreto de Bolsonaro extingue canais de participação social em políticas públicas. Rede Brasil Atual, 12/4/2019, <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2019/04/decreto-de-bolsonaro-extingue-orgaos-de-participacao-popular/>

<sup>2</sup> MOREIRA, Assis. Entrevista Piketty. Elite brasileira comete erro histórico ao não impulsionar distribuição de renda, diz Piketty. VALOR, 17/07/2020, <https://valor.globo.com/eu-e/noticia/2020/07/17/elite-brasileira-comete-erro-historico-ao-nao-impulsionar-distribuicao-de-renda-diz-piketty.ghtml>